

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE NO
DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA**

Autoria

Daiane Tretto da Rocha
Administração /UFRR

AMÉRICO ALVES DE LYRA JÚNIOR
PPGSOF/UFRR

GEORGIA PATRÍCIA DA SILVA FERKO
ADMINISTRAÇÃO/UFRR

JORGE KENNEDY DA ROCHA RODRIGUES
Mestrado em Segurança Pública/UERR

Resumo

O início de uma ?nova ordem econômica internacional? propiciou hiatos para que novos atores e temas protagonizassem debates de abrangência mundial, a exemplo dos pontos relativos à ecologia, os quais deram destaque à Amazônia. Nessa conjuntura, as discussões e reflexões contemporâneas foram, em grande medida, conectadas às noções de meio ambiente. O objetivo desta pesquisa foi analisar o limitado e paradoxal desenvolvimento amazônico com enfoque no estado de Roraima. Para alcançar este objetivo realizou-se no primeiro momento uma pesquisa bibliográfica sobre globalização e neoliberalismo, em seguida, realizou-se uma análise dos projetos implantados na região norte do Brasil. Como resultado constatou-se que o crescimento foi cerceado porque esteve associado apenas ao sistema produtivo. No caso específico de Roraima, os indicadores focam em dois objetivos, a ocupação territorial entendida apenas como garantia da soberania e pela expansão econômica pensada através do fomento à agropecuária.

Área Temática: 10 - Sustentabilidade Socioambiental

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE NO
DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA**

Resumo

O início de uma “nova ordem econômica internacional” propiciou hiatos para que novos atores e temas protagonizassem debates de abrangência mundial, a exemplo dos pontos relativos à ecologia, os quais deram destaque à Amazônia. Nessa conjuntura, as discussões e reflexões contemporâneas foram, em grande medida, conectadas às noções de meio ambiente. O objetivo desta pesquisa foi analisar o limitado e paradoxal desenvolvimento amazônico com enfoque no estado de Roraima. Para alcançar este objetivo realizou-se no primeiro momento uma pesquisa bibliográfica sobre globalização e neoliberalismo, em seguida, realizou-se uma análise dos projetos implantados na região norte do Brasil. Como resultado constatou-se que o crescimento foi cerceado porque esteve associado apenas ao sistema produtivo. No caso específico de Roraima, os indicadores focam em dois objetivos, a ocupação territorial entendida apenas como garantia da soberania e pela expansão econômica pensada através do fomento à agropecuária.

Palavras-Chave: Amazônia, Sustentabilidade, Globalização.

ABSTRACT

The beginning of a “new international economic order” created gaps for new actors and themes that would lead to world-wide debates, to example of the relative points the ecology which gave emphasis to the Amazon region. In that conjuncture, contemporary discussions and reflections were largely connected the notions of the environment. The objective of this research was to analyze the limited and paradoxical Amazonian development with focus in the state of Roraima. In order to reach this objective, was held a bibliographical research on globalization and neoliberalism in the first moment, then, was conducted analyzes of the projects implanted in the north region of Brazil. As a result, it was verified that the growth was reduced because it was just associated to the productive system. In the specific case of Roraima. The indicators were in two objectives, the territorial occupation understood just guarantee of the sovereignty and for the economic expansion designed through the promotion of farming.

Key words: Amazonia, Sustainability, Globalization.

Globalização e Liberalismo: concepção de um sistema internacional

A sociedade europeia foi dominante e coercitiva, por se considerar a “*Heartland*” ou “ilha do mundo”¹. Ela criou regras e acordos que limitavam a liberdade de outros Estados em benefício dos seus interesses. Fato que se observa no conjunto de controles montado através de três patamares, denominado por Amado Luiz Cervo (2007, p. 48) de dominação estratégica, exploração econômica e imperialismo cultural.

Para Amado Cervo (2007, p. 48), “os europeus iriam impor às sociedades menos complexas e grandes civilizações seu modo de fazer comércio e de explorar, como também regras e instituições desenvolvidas na matriz do sistema”. Isso transformaria a dinâmica social dos países para se enquadrar no seu *modus operandi*, mais especificamente com as instituições representativas, comércio liberal e direito internacional. Desta maneira, as potências capitalistas europeias contribuíram para a conquista do mundo pelo liberalismo.

Cervo (2007, p. 62) acrescenta que “duas fases marcaram a conquista do mundo pelo liberalismo”. Na primeira, as potências europeias abrem as fronteiras, iniciando o livre comércio balizado por tratados. Na segunda etapa, o mercado é impulsionado dentro dos países concluindo o fluxo mercantilista.

Nesse contexto, a Revolução Francesa representa um marco porque as sociedades se expandem na busca de novos domínios e mercados. Santos (2004, p. 27) enfatiza que “as grandes mudanças por que passou a humanidade, após a Idade Média, têm dois componentes estruturantes básicos: o surgimento do capitalismo e o advento do Estado Moderno”.

O mundo toma outras formas e até se transformar em um ente globalizado². Este fenômeno não se configura como um processo recente, mas ganha força nos séculos XIX e XX. Eduardo Viola (1996, p. 16) destaca que, especificamente na década de 1980, intensifica-se extraordinariamente o processo de globalização do mundo, caracterizando-se como um processo inacabado, em plena expansão.

De acordo com Salem Nasser (2005, p. 204), “ao longo do século XX e de forma especialmente intensa após a Segunda Guerra Mundial, as transformações na sociedade dos Estados expuseram um conflito entre novos e antigos valores, entre as necessidades de uns e interesses de outros”. Estas transformações culminaram em uma “nova ordem internacional”, gerando novos valores e princípios, mas estritamente econômica.

Com o fim da Guerra, os Estados Unidos despontaram como grande potência mundial. Fomentam o Plano Marshall³ e sobrepujam as potências europeias que perdem autonomia ao adquirir empréstimos e se tornam obrigadas a comprar produtos estadunidenses.

¹Halford Mackinder (1861-1946) desenvolveu a tese de predominância do poder terrestre e marítimo. Para Mackinder, a região central da Europa era considerada o coração da terra e o pivô da política mundial (MAFRA, 1977).

² Aumento do fluxo de capitais, bens, serviços, informações e pessoas em um ambiente de diminuição das barreiras comerciais e facilidade de comunicação e transporte.

³ Plano criado pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, cujo principal objetivo era possibilitar a reconstrução dos países capitalistas, feito principalmente através de empréstimos financeiros.

Esta “nova ordem econômica Internacional” deu-se numa época em que se projetou o fenômeno da integração de mercados, a globalização, contribuindo para a expansão do comércio, diversificação e abertura comercial. Esta nova estrutura seria dotada de temas globais, os “novos temas” que envolvem o mundo a partir de discussões, informações e visões nos mais variados campos do saber humano.

Os danos ao meio ambiente e violação dos direitos humanos são problemas que vão transcender as fronteiras dos Estados nacionais, exigindo respostas globais a estes problemas. Porém, em nenhum outro campo, a globalização dos problemas adquiriu tanto ênfase como nas questões ambientais.

Em 1980, passam a pautar, nas relações internacionais, debates e conferências a respeito do aquecimento global, diminuição da camada de ozônio, mudanças climáticas, além da extinção tanto animal como vegetal. Foram feitos fortes investimentos de capital estrangeiro para a conservação ambiental, infraestrutura e a produção.

A intensidade de medidas de proteção ao meio ambiente neste contexto de globalização, afetam a indústria e o comércio internacional, através do surgimento de regulamentos que exigem reciclagem, medidas de contenção de riscos e lixo poluente. Neste plano surge a primeira conferência global sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo⁴, em 1972, onde foram aprovadas leis ambientais e lançadas as bases do Direito Internacional Ambiental. A segunda conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorreu em 1992, no Rio de Janeiro, e definiu, dentre outros temas, as noções de desenvolvimento sustentável.

A questão da sustentabilidade assumiu, no século XX, uma importância crescente nas discussões em torno da problemática do desenvolvimento, visto que o crescimento econômico não propiciava mais as melhorias que a população almejava, principalmente com relação à questão ambiental, com o acúmulo do lixo, avanço da desertificação, esgotamento dos recursos naturais não renováveis, etc. Estas são manifestações que evidenciavam a necessidade de se repensar a “questão ambiental”.

O impacto do processo de globalização alcançou todas as sociedades, por mais distantes e remotas que possam estar dos grandes centros. Com este processo surgiram novos temas e a necessidade de se pensar o espaço através da perspectiva de conservação do nosso bem comum.

Globalização e perspectivas de desenvolvimento no contexto amazônico

A ocupação Amazônica deu-se em surtos, ligados à valorização de alguns produtos dela provenientes no mercado internacional e, de maneira endógena e bem menos expressiva com o projeto missionário (BECKER, 2009). A geopolítica desta região foi de grande importância para controlar o extenso território, com poucos recursos, ou seja, o controle territorial foi assegurado por intervenções em locais estratégicos.

⁴ Este evento contou com a presença de 113 países, e marcou o ambientalismo mundial por discutir temas ambientais que poderiam gerar conflitos internacionais.

O regime Militar (1964 a 1985) foi um período marcante no desenvolvimento de projetos que instituíram medidas estruturadoras no país e na Amazônia (SANTOS, 2004). O Brasil possui a maior extensão 4.982.000 km² (65,69%) da Amazônia⁵ com um território total de 7.584.421 km², ocupando 58% do território brasileiro de acordo com Brito (2001). De acordo com o Lyra Junior e Bellintani (2013, p. 269) apud Instituto Chico Mendes,

A região amazônica abriga a maior biodiversidade do planeta e, pelo menos, 20% de toda a água doce da superfície terrestre, espalhando-se por nove estados: Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Não é à toa que o bioma Amazônia é conhecido como Pulmão do Mundo, Inferno Verde ou Planeta Água. Sua diversidade biológica, até então conhecida, compreende mais de 40 mil espécies de plantas, 300 espécies de mamíferos, 1,3 mil espécies de aves e de 3 mil a 9 mil espécies de peixes.

Porém, muitas ambiguidades dos projetos realizados revelam que foram desconsideradas peculiaridades regionais, causando, por conseguinte, transtornos ao meio ambiente e a população local. Santos (2004) destaca a criação do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além do Banco da Amazônia S/A e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), como propulsores destes investimentos.

Santos (2004) aponta que um grande objetivo neste período era a integração da região ao restante do país, fato comprovado com a mudança da capital para Brasília, obedecendo aos imperativos geopolíticos de povoar a região, mantendo a soberania e sustentação de desenvolvimento para o interior do país.

Somente entre 1966 e 1985, um planejamento efetivo para região é iniciado e desencadeia o ciclo de grandes interferências na região, com projetos de modernização acelerada, onde o processo de ocupação terá prioridade. Este processo acelerado de ocupação, incentivado pelo Estado, estava imbuído da preocupação de ocupar o território e manter a soberania das fronteiras nacionais.

Para Becker (2009), esses projetos tiveram efeitos profundos e perversos tanto no âmbito ecológico como social. Somente após um longo período, com a resistência social somada às pressões internacionais em relação ao meio ambiente, a região apresentou outros significados e demandou novos projetos voltados para o desenvolvimento alternativo e conservacionistas.

A área desmatada na região passou de 300 mil em 1980, para 732 mil Km² em 2007. O grande desafio tem sido encontrar alternativas para mitigar os altos índices de desmatamento neste contexto da globalização, onde o capitalismo é dominante e os mercados estão aquecidos, sedentos pelo capital natural que pode ser encontrado em abundância na Amazônia.

Por estes fatores, a Amazônia passa a ter outros significados por sua diversidade ecológica, dimensão de água doce, capital natural e cultural. Surge, na tentativa de reduzir os danos, o novo padrão de desenvolvimento, o sustentável, apoiado pelo governo brasileiro e por novos atores como Banco

⁵ Sete países fazem fronteira com a Amazônia brasileira: Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

Mundial, G7 e ONGs, através de projetos como PP-G7, Brasil em Ação e Avança Brasil. E através destes processos globais, nacionais e regionais, com políticas ambientais e de desenvolvimento, o povoamento amazônico teve significativas alterações (BECKER, 2009).

Para Edna Castro (2010), os investimentos em infraestrutura formam o pilar de integração da Amazônia e que viabilizaram o avanço de grandes espaços da região. “A ação articulada entre projetos locais, estaduais e de órgãos federais para manter a estrutura de acumulação pela concentração da base de recursos naturais é notada com grande facilidade (...)”. É visível que a globalização tem propiciado um aumento de competitividade, que acarreta muitas estratégias de apropriação marginal de terras e recursos, tanto por empresas nacionais como internacionais.

Como parte de uma economia globalizante, os grandes projetos implantados e com cooperação de corporações transnacionais fazem parte de uma economia planetária. Fato que selou com a multinacionalização de estatais e afirmação do Estado brasileiro, mostrando que o país, com tais políticas, impôs as condições básicas para produção de um espaço transnacional, propício às empresas do Governo para competir com o capital estrangeiro.

A implantação dos grandes projetos na região amazônica, com a finalidade de explorar os recursos naturais que a mesma detinha, e ainda detém, tornou possível a transnacionalização de empresas brasileiras e alterou profundamente a organização do espaço amazônico, assim como seus conflitos.

A década de 1980 foi marcada com a implantação de novos projetos e programas na região, tais como o Programa Grande Carajás (PGC), no Pará, responsável pela exploração mineral; o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo); implantação em Rondônia e Mato Grosso do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (Polonoroeste) e o Projeto Calha Norte (PCN).

Este último foi criado com o objetivo de militarizar a Amazônia com a instalação de bases em toda a fronteira Norte do país, isto é, com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Bizzo (1999) aduz que o objetivo dessa militarização, segundo justificativa do Governo brasileiro, era assegurar a soberania nacional por meio da fiscalização e controle dos conflitos na região entre garimpeiros, empresas e povos indígenas.

O Planaflo, segundo Bizzo (1999), foi criado pelo Governo com duas finalidades. A primeira delas, servir como modelo para o desenvolvimento do estado de Rondônia e a segunda serve de base para implementação do zoneamento sócio-econômico-ecológico, com o objetivo de fazer dele um instrumento de controle da migração na região e minimizar os conflitos sociais que o Polonoroeste acabou gerando. E esta experiência, segundo a autora, é a primeira que o Banco Mundial financia com as características de sustentabilidade.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo fato do Brasil não se encontrar mais em condições de planejar e investir no fortalecimento econômico da região amazônica. Em razão disso, os planos, projetos e programas sofreram alterações significativas, especificamente quando, nos anos 1980, a questão ambiental passou a fazer parte das agendas de

discussões dos países, considerados desenvolvidos, a respeito do desenvolvimento. Passou-se a considerar, dentro da concepção de desenvolvimento, os possíveis impactos que os mesmos poderiam causar ao meio ambiente, influenciando, por sua vez, a dinâmica sócio espacial e exploração dos recursos na Amazônia.

Na década de 1990, especificamente em 1992, aconteceu, no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida como “Rio-92”, fazendo referência à cidade em que aconteceu o encontro e o ano do evento. Esta Conferência, considerada a mais importante da história no que tange às discussões sobre o meio ambiente, é fruto de uma resolução aprovada em 1988 pela Organização das Nações Unidas (ONU), que determinava a realização de um encontro que pudesse tratar das questões ambientais com maior seriedade (NASCIMENTO e DRUMOND, 2003).

Um dos documentos que resultou dessa Conferência foi a publicação feita pelo Banco Mundial, o *World Development Report* considerado importante, dentre outras coisas, por apresentar pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável” elaborado ainda em 1987 pelo relatório “Brundtland⁶” da referida instituição, que serviu de base para instrumentalizar os discursos dos chamados “países ricos”, patrocinadores do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)⁷ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a fomentação de investimento na região, resguardando a preservação do solo por meio do combate ao desmatamento (NASCIMENTO e DRUMOND, 2003).

Em razão desta guinada para financiamento, feito pelo BIRD e o BID, de projetos focados no desenvolvimento, surge, então, a utilização do termo “crescimento econômico” no lugar de “desenvolvimento”, o que deu margem para que a ideia de desenvolvimento se atrelasse a da economia internacional, isto é, toda produção é feita com a finalidade de ser exportada. O quadro acima muda toda a configuração do cenário brasileiro na elaboração e implementação dos projetos de desenvolvimento para suas regiões.

Segundo o autor, este novo investimento do Estado em administrar o seu território, transformando-o em mercadoria, tornando, assim, suas regiões em espaços competitivos, são as bases que se utiliza para retomar o controle de seu planejamento governamental. Esta ação foi responsável por fazer com que, a partir da década de 1990, o país desenvolvesse novas ferramentas de planejamento, criando, então, os Planos Plurianuais e os Eixos de Integração e Desenvolvimento sob a guarda do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

⁶ O relatório Brundtland é o resultado do trabalho de uma comissão da ONU, os presidentes desta comissão chamavam-se Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, dando origem ao nome do relatório final.

⁷ O BIRD, junto com a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), formam o Banco Mundial. A finalidade do Bird é fazer empréstimos para países que estão em fase de desenvolvimento, etapa em que se enquadra o Brasil. A AID, por sua vez, realiza doações e faz empréstimos para os países considerados mais pobres do mundo. O BID é um banco com atuação específica, isto é, financiar o desenvolvimento dos países que fazem parte da América Latina e Caribe. E para que tal financiamento seja viável, busca, no cenário internacional de mercado, capital com juros baixos, repassando aos seus financiados.

Ocorrem também, na Amazônia, a integração regional⁸, através de alianças ou tratados, a exemplo temos a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que “foi um dos primeiros esforços no que diz respeito à cooperação em favor ao desenvolvimento regional e conservação da natureza” (LYRA JUNIOR e BELLINTANI, 2013, p. 271).

Edna Castro (2010) classifica como parte de estratégias de integração impulsionadas pela globalização, além de planos que orientam a política brasileira a adotar como mecanismo de mercado a integração do Brasil aos demais países, além de aumentar a vinculação da Amazônia aos mercados em proveito da iniciativa privada.

Becker e Egler (1994, p. 149-150), explanam sobre os planos voltados para a região no âmbito geopolítico “(...) promover o ‘equilíbrio geopolítico’ interno e externo, oferecendo uma solução completa para os problemas de tensão social na periferia e para o crescimento no centro, como também servindo para incrementar a predominância do Brasil na América do Sul”. A ideia principal era a integração nacional, porém, permeava o pensamento voltado para a segurança nacional, tendo em vista que a Amazônia era fonte da cobiça pelas potências europeias.

Desenvolvimento regional e Sustentabilidade Amazônica

O desenvolvimento é objetivo de todas as nações e, notadamente está atrelado ao sistema produtivo destas sociedades, claramente, o foco das atenções permanece ainda ligada à questão econômica onde a industrialização e a política de desenvolvimento visam predominantemente o acúmulo de riquezas.

Para uma mensuração equânime do desenvolvimento de uma Nação, é necessário avaliar outros fatores que vão além do PIB ou das riquezas materiais. Para o autor, avaliar a qualidade de vida, taxa de analfabetismo e desemprego são de grande importância. O grande problema do mundo globalizado é que há riquezas suficientes no planeta para satisfazer as necessidades básicas do ser humano, mas a ganância pelo acúmulo de riquezas aumentam a discrepância social e a exploração do capital natural.

O modelo de desenvolvimento sustentável foi considerado como uma resposta à crise ambiental que envolveu o planeta. Segundo o autor, o fato ocorreu a partir de um consenso internacional, permitindo a expansão das políticas ambientais dos países desenvolvidos, mobilizando os governos e ONGs ambientalistas, que passam a pensar políticas ambientais por meio do conceito de desenvolvimento.

A exploração excessiva dos recursos naturais e falta de distribuição de renda, são barreiras para o desenvolvimento equânime. Além destes fatores, Nojima (2008) elenca a qualidade das instituições, direitos de propriedade, correção de falhas de mercado e plenitude democrática como elementos fortalecedores de desenvolvimento e mitigadores de conflitos sociais.

Para Nojima (2008, p. 134), “o crescimento tem sido marcadamente divergente ao invés de convergente conforme propugnado pelo modelo

⁸ Integração econômica significa extinguir qualquer discriminação entre unidades econômicas de estados diferentes, e ausência de várias formas de distinção entre economias nacionais.

neoclássico tradicional e mesmo pelas suas vertentes modernas”. O que reforça a pertinência das teorias clássicas de desenvolvimento, ou seja, são pertinentes para a compreensão de desníveis entre nações, refletindo a perpetuação de economias desenvolvidas ao longo do tempo.

As primeiras teorias sobre desenvolvimento surgiram entre 1940 e 1950. E, segundo Manuel Viscaíno Jr (2008), a ONU, através da Resolução 1.710 (XVI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, anunciou que a década de 1960 seria a “Década do Desenvolvimento” (idem, p. 32). Com este propósito, as Teorias do Desenvolvimento foram impulsionadas sobre os problemas posteriores à 2ª Guerra Mundial, nos países subdesenvolvidos.

Estas teorias, consideram o Estado como principal agente do desenvolvimento, no sentido estratégico, tanto em sociedades capitalistas como socialistas. Nesta perspectiva, o Estado seria responsável por gerar expansão da infraestrutura, ampliando a produção e geração de empregos. Neste ínterim, o desenvolvimento sob a égide do capitalismo é resultado da sinergia entre empresas e Estado. As empresas colaboram para a acumulação e o Estado com a regulação.

Paul Singer (apud Viscaíno Jr, 2008), apresentou a ideia de modelo de desenvolvimento. Este modelo possibilitava a reprodução de experiências oriundas do país central em termos de desenvolvimento, no caso os EUA, referência em termos de poder econômico, tecnológico, político e militar. Entretanto, pode ser um risco seguir o modelo econômico e social de determinada sociedade, desconsiderando peculiaridades de cada nação. Foi neste contexto, que muitos erros foram cometidos pela ideologia desenvolvimentista, quando esta tinha como principal vertente a reprodução da trajetória das economias centrais.

Com uma perspectiva mais ampla, Amartya Sen (2010), produz novo foco, onde o desenvolvimento significa eliminar as privações de liberdades substanciais. Sen aponta um novo modelo de desenvolvimento, baseado na melhoria das condições de vida das pessoas. O autor recebeu o Prêmio Nobel de Economia por revolucionar a teoria e a prática do desenvolvimento. Dando um enfoque nas liberdades humanas, que deve incluir: ter condições para evitar a fome, morbidez, morte prematura, participação política, liberdade de expressão, enfim, oportunidades sociais propícias para o desenvolvimento.

Amartya Sen, “traz a lume” uma nova preocupação sobre o desenvolvimento, qual seja,

[...] necessidade de se rever o conceito de desenvolvimento que deveria passar a ser entendido como desenvolvimento sustentável, um processo voltado para o atendimento das “necessidades e aspirações humanas no presente sem comprometer as possibilidades de atendê-las no futuro” (definição criada pela ONU em 1987), (2008, p. 38).

Tema recorrente no mundo globalizado, a sustentabilidade vem sendo objeto de diversas discussões e tem pautado vários objetivos de desenvolvimento acoplado a conservação ambiental dos países amazônicos. Mas a sustentabilidade está baseada em pressupostos diferentes e muitas vezes incompatíveis ao desenvolvimento, ou seja, aquele que trata apenas de expandir a economia, intensificar a produção, aumentar o consumo. Acredita-se que isso ainda ocorra, por que há poucos anos o significado de desenvolvimento deixou de se limitar apenas às questões econômicas.

A hegemonia do desenvolvimentismo perdura até meados de 1980, com a crise do capitalismo aberta a partir de 1970 e atinge países periféricos, colocando em xeque as bases de acumulação. Esta crise da lucratividade culminou em mudanças significativas no debate sobre desenvolvimento que, para Silva (2010, p. 165), “acalentado pela ambiência neoliberal, o discurso da sustentabilidade ambiental ganha força na agenda internacional e de diversos países, angariando simpatias de múltiplos segmentos da sociedade”.

Para a autora, o discurso do desenvolvimento sustentado passa a dar tom de amplo movimento de “contrarreformas, de ajustes econômicos e de reordenamento político” (SILVA, 2010, p.165). Para Silva, a formulação desse desenvolvimento “sustentável” veio oferecer a problemática do meio ambiente a partir da crítica às teorias desenvolvimentistas, ou seja, a tentativa de implementar articulação da expansão capitalista e utilização racional dos recursos naturais, crescimento, redução da pobreza e respeito ao meio ambiente.

O relatório de Brundtland intitulado “Nosso Futuro Comum” e preparado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, introduziu um conceito novo de desenvolvimento, denominando-se sustentável,

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (Comissão Mundial..., 1991, p. 49).

O debate sobre sustentabilidade ganhou mais força a partir de 1980, sendo influenciado pela economia neoclássica. Michael R. Redcliff (2006, p. 52) destaca que “tentava-se traduzir escolhas ambientais por preferências de mercado, seguindo a ortodoxia neoliberal”. Emergiram, a partir de então, buscas por práticas sustentáveis que inserissem, nas políticas e planejamentos, a preocupação ecológica.

Mas, de acordo com Boff (2012), é frequente ocorrer uma falsidade ecológica quando se usa a palavra sustentável nos produtos industrializados, geralmente para ocultar os problemas de agressão a natureza. Para o autor, a maioria daquilo que se intitula sustentável, na verdade não é, sendo que, ao menos em alguma etapa da produção ou vida de um produto haverá problemas, seja na emissão de resíduos ou no descarte.

A crítica do autor se assenta no modelo econômico-financeiro e na produção-consumo, que se tornaram o principal eixo articulador das sociedades. Atualmente, os principais poluidores do planeta (EUA e China), se recusaram a atender as determinações científicas que alerta para a urgência na redução das emissões de gases poluidores. Os 7% mais ricos do planeta são os responsáveis por 50% das emissões, enquanto os 50% mais pobres são responsáveis por apenas 7% das emissões.

Quadro 1. Tripé da (in) sustentabilidade.

<p>Sustentabilidade econômica: A busca incondicional pelo crescimento, pela quantidade, pelo dinheiro, com o menor investimento possível, a máxima rentabilidade, concorrência mais agressiva em menor tempo. O desenvolvimento na perspectiva industrialista/capitalista/consumista é antropocêntrico, contraditório por ser de lógica diferente da sustentabilidade, pois o crescimento é linear e deve ser crescente na acumulação individual, ao contrário da sustentabilidade que é</p>

includente, dinâmica, cooperativa e prevê a coevolução.

Sustentabilidade social: 7% dos países mais ricos do planeta são os responsáveis por 50% das emissões de gases poluentes, enquanto os 50% mais pobres são responsáveis por apenas 7% das emissões. No Brasil apenas cinco mil famílias controlam 46% do PIB. O governo destina 150 bilhões de reais para o pagamento de juros dos empréstimos e apenas 50 bilhões para programas sociais. Apenas 1% da população detém 48% das terras do país. A falta de compaixão tem agravado a fome mundial, em 2008 cerca de 860 milhões de pessoas passavam fome, em 2012 o quantitativo chega a um bilhão de esfomeados no mundo. Estes dados demonstram a impossibilidade e falsidade do desenvolvimento socialmente justo.

Sustentabilidade ambiental: A biodiversidade global sofreu uma queda de 30% (ONU, 2010), de 1998 para cá houve elevação de 35% das emissões de gases de efeito estufa. Os bens comuns (água, solos, sementes, saúde, comunicação, educação, ar puro) estão sendo privatizados por grandes corporações nacionais e multinacionais. Exploração ilimitada e indiscriminada dos recursos naturais. A quebra das barreiras comerciais, privatizações, circulação de capitais, ensejaram na abertura da economia. Neste contexto, as questões ambientais foram incorporadas nas estratégias políticas, muitas vezes apenas como questão simbólica, sendo uma fachada para atender a demanda da mídia e sociedade. Por 200 anos os problemas ambientais só se agravaram perante os avanços tecnológicos, intensificação da industrialização e aumento da exploração dos recursos naturais.

Fonte: Leonardo Boff (2012).

Neste quadro, pode-se perceber os pontos onde existem contradições no discurso do tripé da sustentabilidade. Estes fatores apontam que, a forma de produzir, distribuir e consumir que as sociedades desenvolveram nos últimos séculos, compromete a continuidade das espécies, inclusive a humana.

O relatório “Vivendo além dos nossos tempos” desenvolvido por 1.350 especialistas a pedido da ONU reflete, de acordo com Silva (2010), a incapacidade dos ecossistemas se sustentar perante o Sistema Mundial. Os resultados apontam que as funções naturais do planeta estão em rápido declínio, refletindo inclusive na economia de muitos povos⁹. Silva (2010, p.47) aponta que, segundo este relatório os “prejuízos econômicos causados por desastres naturais no mundo cresceram dez vezes de 1950 a 2003”.

Segundo Silva (2010), os neomalthusianos ao relacionar as variáveis população, produção de alimentos e poluição, constataram que os países desenvolvidos apresentam taxas menores de natalidade, ao contrário dos países subdesenvolvidos. Esta perspectiva demonstra que quanto maior os índices de natalidade dos países com industrialização tardia, maior é a pressão

⁹ Um exemplo citado por Silva (2010, p. 47) é dos pescadores de Terra Nova (Canadá), “tiveram que parar de trabalhar nos anos 1990 pelo esgotamento de peixe, com prejuízo de US\$ 2 bilhões. No Reino Unido, os prejuízos causados pela agricultura à água, ao solos e à biodiversidade em 1996 foram de US\$ 2,6 bilhões”.

que exercem sobre os recursos naturais. Esta análise parte do princípio que os problemas ambientais se originam por razões externas ao processo produtivo.

A justificativa seria que o aumento populacional e o mau comportamento humano seriam os agravantes dos problemas ambientais. Esta tese proveniente do Clube de Roma foi severamente criticada, tendo em vista que isentava os países industrializados da sua condição poluidora. Posteriormente, surge com a declaração de Estocolmo a afirmação de que a proteção e melhoramento do meio ambiente é uma questão fundamental, ao mesmo tempo, seria indispensável assegurar, ao homem, desenvolvimento econômico para gerar condições de trabalho, ensejando em um pensamento mais equânime.

Neste sentido, Silva (2010) caracteriza como um entrave da Declaração de Estocolmo a inexistência de qualquer premissa que mensurasse o nível de desenvolvimento de cada país, seja central ou periférico. Que propicia no acelerado ritmo de produção dos países desenvolvidos e, os subdesenvolvidos imitando-os. Logo após a Conferência de Estocolmo 1972, a Assembleia Geral da ONU criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que deveria dar continuidade as discussões internacionais sobre os problemas ambientais.

Assim, podem-se considerar como principais atores formuladores da ideologia ou ideário do desenvolvimento sustentável, os organismos internacionais como a ONU através do PNUMA (2006), PNUD (2007), CEPAL (2006) e Banco Mundial (2003). Estes órgãos participaram da construção deste conceito, em seus debates e na disseminação do conceito em diversos segmentos de classes.

Logo, os novos discursos ambientais, relacionados à genética, propriedade intelectual, remetem nessas mudanças geradas pela globalização a importância de novas desigualdades, o que Redclift (2006, p. 53) define como “discursos da pós-sustentabilidade”, que são oriundos dos avanços tecnológicos, onde o meio ambiente é o centro da globalização, por ser fonte de interesse de todas as nações.

Realmente, no âmbito da globalização, as florestas tropicais tornam-se objeto de interesse de diversos agentes relacionados à ciência e novos entrantes no mercado, colocando, em segundo plano, as deficiências sociais. Que impactam profundamente a biodiversidade dos países de terceiro mundo. Países que celebram acordos ambientais, envolvendo “sistemas de informação e de capital altamente desiguais, aos quais grupos de pessoas e governos, têm um acesso altamente desigual” (REDCLIFT, 2006, p. 57), sendo nestes processos que a globalização é legitimada.

Como pano de fundo dos acordos ambientais, estão as questões fundamentais da justiça e da equidade, que os regimes em si mesmos não abordam. Depois da Eco 92, novos regimes ambientais internacionais foram estabelecidos com o objetivo de implementar princípios do desenvolvimento sustentável que atualmente se multiplicaram com intuito de controlar e regular o meio ambiente, favorecendo interesses divergentes dos grupos sociais (REDCLIFT, 2006).

Em se tratando da Amazônia Continental, Argemiro Procópio (2005, p. 103) alude que “O multilateralismo amazônico mostra-se faltoso na promoção da sustentabilidade da economia apoiada no tripé município, estado e União”.

Para o autor, é necessário fomentar um desenvolvimento endógeno, onde a sustentabilidade esteja desatrelada dos projetos transnacionais que anseiam apenas pelo retorno financeiro.

Para Procópio, as pesquisas sobre o conhecimento tradicional dos povos amazônicos deveriam ser ampliadas, bem como a cooperação universitária. Ao se aprofundar nessa temática, políticas públicas para o desenvolvimento, que agregam os fatores do conhecimento tradicional e biodiversidade teriam insucessos mitigados.

Roraima: incertezas de um desenvolvimento sustentável

Com o fim do regime militar em meados da década de 1980, houve a denominada redemocratização e, dentre outras mudanças, a mais importante foi a nova Constituição, de 1988. Segundo Santos (2004, p. 48), “Foram criados os novos Estados de Roraima, Amapá e Tocantins”. Roraima, até então território, tinha importância geopolítica por compor a tríplice fronteira Brasil, Guiana e Venezuela.

Não se distanciando dos objetivos gerais dos grandes projetos, elaborados pelo Governo Federal para fomentar o desenvolvimento econômico da Amazônia, o processo de ocupação do estado de Roraima ocorreu a partir dos projetos de colonização. Esta política, patrocinada pelo Governo Federal e administrada localmente por seus representantes, foi responsável pela migração de diversas famílias pobres, da área rural nordestina.

As linhas mestras da política de desenvolvimento regional, contidas no Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), se assentam nos pilares da ecologia e tecnologia. Objetiva o chamado eco desenvolvimento, processo de transformação do meio para o aproveitamento dos recursos com técnicas ecologicamente produtoras, com elevado padrão de vida. Este PDA se organiza, em torno de quatro grandes vertentes políticas: Política Ambiental, Política Espacial, Política Institucional, Política Social e Antropológica (RORAIMA, 1992).

Roraima foi um estado que, historicamente, esteve isolado das demais regiões do país. Em razão disso, segundo Diniz (2002), mesmo com o auge da extração da borracha na Amazônia e o processo de ocupação dessa região por meio dos projetos de desenvolvimento demográfico e econômico, sua ocupação foi irrisória frente aos demais estados da região Norte.

Para Santos (2004), os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND I, II e III, bem como POLAMAZONIA trouxeram mudanças estruturantes para a Amazônia, efeitos visíveis para o estado de Roraima com a abertura da BR 174, o que causou um aumento expressivo na população. Diniz (2002) também afirma que, a abertura dessas estradas se tornou um marco histórico na ocupação humana do estado, por garantir, assim, processo de locomoção ininterrupto, em qualquer período do ano, contribuindo, então, para os projetos de colonização na região e legitimação do estado.

Roraima é um dos estados que mais traduz a dependência financeira, por possuir, de acordo com o 1º PDA, uma base econômica ainda incipiente e uma estrutura produtiva de baixa produtividade. Este fato se deu por não gerar receitas tributárias capazes de financiar suas despesas públicas, através da tributação incidente na produção e comercialização de bens e serviços. O

diagnóstico do 1º PDA não se tornou obsoleto, a realidade contemporânea ainda apresenta característica congênere.

Este PDA (1992/1995) destacou cinco fatores que necessitavam de dedicação das esferas federal, estadual e municipal para o desenvolvimento de Roraima. “Tais fatores são: a questão indígena, fundiária, a questão do mercado e da tecnologia e a questão do capital social básico, em especial, a questão da infraestrutura econômica” (RORAIMA, 1992, p. 146).

Para Santos (2004, p. 124), “o estado de Roraima não conseguiu resolver três de seus maiores problemas: a questão fundiária; a demarcação das terras indígenas, atendendo a mesma Constituição que o criou; e uma economia que não gera recursos para manter a máquina administrativa, dependente ainda de 80% de repasses federais para se manter”. O autor ainda destaca a persistência do garimpo ilegal no estado, bem como a exploração de madeiras e desenvolvimento da pecuária, devido à mentalidade de que os recursos naturais são ilimitados, contribuindo para a insustentabilidade das políticas ambientais implantadas.

Roraima vive em um impasse entre o desenvolvimento da economia e da preservação do meio ambiente. O grande entrave nesta questão seria a falta de interesse em novas práticas econômicas, que não fossem as almejadas, como extração de minérios e desmatamento. Este último representa o maior índice de exportações do estado. Segundo Santos (2004, p. 181), “o produto tem sido sempre o primeiro na agenda de exportações”.

Com relação às políticas ambientais, Santos (2004) alude que a Agenda Positiva da Amazônia é a mais específica ao tratar do tema, e, de acordo com o autor, através de uma leitura mais atenta pode-se constatar sua inoperância. “Nele consta a ênfase no desenvolvimento sustentável financiado pelo Estado, além de identificar o zoneamento ecológico-econômico com a ação de programas de desenvolvimento do governo de Roraima” (SANTOS, 2004, p. 184). O autor destaca que consta no documento a premissa sobre a necessidade de negociação com outros países para gerar compensação financeira para a conservação da Amazônia.

Em Roraima, os grupos de interesse defendem uma economia baseada no “imediatismo predatório” (SANTOS, 2004, p. 239), enquanto o governo Nacional e instituições nacionais e internacionais apoiam a sustentabilidade. E lamentavelmente a sociedade, de maneira geral, tem dificuldade em identificar o que é sustentável e o que não é. Este fato deve-se a fragilidade do termo, à discrepância e uso indiscriminado nos discursos.

O estado de Roraima prevê em seu Plano Diretor, o equilíbrio entre sustentabilidade e crescimento. No caso de Roraima, por localizar-se em região periférica, a presença que o Estado exerce na promoção do desenvolvimento social e econômico é fundamental para execução de estratégias, planos e projetos, através de suporte pecuniário e técnico.

Pecuniário por que a economia do estado não é autossuficiente, baseia-se na agricultura e na extração de recursos naturais e, seu peso na economia do país é pouco expressiva, com participação de aproximadamente 0,2% do PIB nacional, e menos de 0,1% das exportações totais de todo o Brasil, sua participação no PIB da região norte é de 3,1 % em 2010, o menor da região.

No Plano Plurianual 2008-2011 foi implementado o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Roraima, no intuito de resolver problemas e

impulsionar o crescimento e bem-estar da população. Este plano ambiciona um desenvolvimento, que permita às pessoas desfrutarem de longevidade, saúde e criatividade. Em síntese, o plano busca o crescimento econômico através do aumento do PIB, mas com melhoria da qualidade de vida, mediante aumento da segurança de empregos, renda, melhorias na educação e saúde.

Argemiro Procópio (2005, p. 156) questiona “Se o PIB cresce, se houver renda *per capita* alta e mal distribuída, sem revisão dos conceitos da prosperidade e da sustentabilidade, a quem beneficia o desenvolvimento?”. Esta preocupação reflete a necessidade de se pensar além do mero crescimento do PIB, que este só é benéfico se beneficiar toda a sociedade, e, como pontuado pelo autor “as instituições precisam de reformas estruturais na contemporaneidade para depender mais da sociedade e menos das burocracias” (PROCÓPIO, 2005, p. 156).

No plano plurianual 2012-2015, as informações apontam que o crescimento populacional do estado aumentou em 3,3%, acompanhado de elevação no PIB em 7,0% nos últimos anos que antecederam a formulação do plano. Na introdução do último plano é enfatizado: “O importante a ressaltar é que a economia roraimense manteve crescimento superior à expansão de sua base demográfica” (RORAIMA, 2011, p. 11).

O plano 2012-2015, destaca a colocação de Roraima nas diversas áreas recenseadas pelo IBGE, como, escolaridade, analfabetismo, educação superior, mortalidade infantil, água e esgoto, entre os três melhores índices da região norte. A questão que emerge é se “esse crescimento e melhoria do bem-estar social é sustentável do ponto de vista macroeconômico?” (RORAIMA, 2011, p. 12). A constatação não foi positiva, segundo o plano, as bases produtivas do estado, além dos demais fatores da dinâmica econômica, no médio e longo prazo “não são macroeconomicamente sustentáveis” (RORAIMA, 2011, p. 12).

A justificativa para a conclusão supracitada embasa-se na estrutura dependente dos gastos da Administração Pública, que representa 48% do PIB estadual. Caracterizado por sua economia exógena, devido essa dinâmica de repasses federais, além dos problemas fundiários - tanto no âmbito rural como urbano, e, infra estrutura precária, que impossibilita o desenvolvimento almejado pelos roraimenses.

Considerações finais

Esta nova dinâmica que emerge no sistema mundial, já alcança até as mais remotas comunidades amazônicas. O capitalismo e a globalização seguem alterando a simbiose das nações, os novos temas como a governança, compreendida como um conjunto de práticas para desenvolver a relação com o ambiente externo, que envolve a participação de todas as partes interessadas nos processos de decisão.

Com a nova dinâmica que emerge no sistema mundial, onde regimes entraram em decadência para que outro criasse e recriasse tentáculos a fim de alcançar as mais remotas comunidades amazônicas. A perspectiva capitalista em conjunto com a globalização seguem alterando a simbiose das nações.

Os novos temas surgem na tentativa de auxiliar as sociedades na busca da sobrevivência. Um desses novos temas é a sustentabilidade, um

conceito/bandeira de muito adotada para denotar preocupação e agregar valor, mas que acaba perdendo seu real sentido, qual seja, o de produzir sem agredir, sem impactar e danificar ainda mais as sociedades e o meio ambiente.

Outro tema que emergiu nesta busca por sobrevivência é o desenvolvimento, que recrimina os avanços logrados pelo crescimento indiscriminado, aquele que visa somente a elevação do PNB e PIB. Na contramão, o desenvolvimento atua em busca da qualidade, na saúde, na educação, na política, na distribuição de renda e na elevação do PIB *per capita*, etc. Poucos avanços neste sentido podem ser observados na região amazônica, que padece a mercê de políticas públicas condizentes com suas necessidades.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Geramond, 2009.
- _____; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro, 2 ed. Bertrand Brasil, 1994.
- BIZZO, Maria Nilda da S. **O Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico e as Políticas Ambientais do Banco Mundial – o caso do Planaflo de Rondônia**. (Dissertação) Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- CASTRO, Edna; VEJMEKKA, M.; WILLI, B (orgs). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.
- CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871) In: SARAIVA, J.F.S. (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo, Saraiva, 2007.
- DINIZ, A. M. A. **Frontier evolution and mobility in volatile frontier settlements of the Brazilian Amazon**. (Tese) Doutorado. Arizona State University, 2002.
- LYRA JUNIOR, Américo Alves de. **Cinema e Relações Internacionais: Dr. Strangelove e as relações internacionais da Guerra Fria**. 2014.
- MAFRA, R. M. O; ABREU, C. A. L. **Introdução à geopolítica. A defesa nacional**. N. 674, p. 51-90. Rio de Janeiro, 1977.
- NASCIMENTO, E. P.; DRUMOND, J. A. **Amazônia: Dinamismo Económico e Conservação Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- NASSER, S. H. **Direito Internacional e Desenvolvimento**. Organizado por Alberto do Amaral Júnior. Manole. São Paulo, 2005.
- NOJIMA, Daniel. **Teoria do desenvolvimento e economia regional: uma análise da experiência brasileira, 1995-2005**. (Tese) doutorado, Curitiba, 2008.
- PROCÓPIO, A. (Org). **Relações internacionais: os excluídos da arca de Noé**. São Paulo, Hucitec, 2005.
- REDCLIFT, M. R. Os novos discursos da sustentabilidade. IN: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2.

- Ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.
- RORAIMA, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Plano de Desenvolvimento de Roraima IPDR**. Secretaria de Estado e Planejamento Indústria e Comércio. Boa Vista, 1992.
- RORAIMA, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Plano Plurianual 2012-2015/ Plano de desenvolvimento sustentável**. SEPLAN, Boa Vista, 2011.
- SANTOS, Nélvio. Paulo. Dutra. **Políticas Públicas, economia e poder: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. (Tese Doutorado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA. Belém, 2004.
- SARAIVA, José. F. S. (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo, Saraiva, 2007.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo, Cortez, 2010.
- VIOLA, E. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. (orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. São Paulo, Editora UNICAMP, 1996.
- VISCAÍNO JÚNIOR, M. M. **Repensando o desenvolvimento diante da globalização capitalista e das novas demandas da educação**. (Dissertação) Mestrado, São Paulo, 2008.